

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Estudo Técnico Preliminar 206/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 60576.000417/2025-46

2. Descrição da necessidade

2.1. A contratação de serviços contínuos de TV por assinatura, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, visa atender às unidades do Ministério da Defesa, garantindo acesso contínuo a informações nacionais e internacionais relevantes à sua área de competência. A disponibilização tempestiva dessas informações é essencial para subsidiar análises estratégicas, elaboração de cenários e tomada de decisão por parte dos gestores, em consonância com as atribuições institucionais do órgão.

2.2. Entre os meios de comunicação disponíveis, a TV por assinatura destaca-se pela diversidade e atualização constante de sua programação, especialmente no tocante aos canais de notícias nacionais e internacionais. Essa característica assegura maior dinamismo e tempestividade na transmissão de fatos relevantes, superando outros meios que dependem de processos de compilação ou edição, como serviços de clipping.

2.3. A manutenção do serviço é indispensável para assegurar qualidade, quantidade e atualidade das informações utilizadas em processos decisórios e atividades administrativas e operacionais do Ministério da Defesa. A contratação contribui para consolidar um fluxo informacional contínuo, mitigando riscos de atraso na obtenção de dados críticos.

2.4. Ressalta-se que os serviços de TV por assinatura complementam outras fontes informativas, como boletins e clippings, agregando valor pela transmissão em tempo real. Essa complementaridade é fundamental para atender às demandas de gestores que necessitam de informações imediatas, considerando que a programação aberta não contempla integralmente canais especializados em notícias.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Engenharia e Logística - DELOG	EDUARDO SILVA LOPES

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A solução requerida consiste na prestação continuada do serviço de TV por assinatura nas dependências do Ministério da Defesa, contemplando a instalação e ativação de pontos conforme demanda. O escopo abrange, de forma integrada, a distribuição do sinal, instalação e remanejamento de pontos, bem como suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva, garantindo acesso tempestivo a conteúdos jornalísticos nacionais e internacionais, além de canais abertos e obrigatórios de interesse público. Trata-se de serviço classificado como comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, conforme práticas consolidadas no mercado e observadas em estudos técnicos preliminares análogos da Administração Pública.

4.2. Como requisitos indispensáveis e padrões mínimos, a contratação deverá:

- operar com os televisores existentes (HD, Full HD e 4K), sem vinculação a tecnologia específica de transmissão ou distribuição, desde que assegurada a estabilidade e qualidade do áudio e vídeo;
- fornecer, em regime de comodato, todos os equipamentos necessários à operação (como decodificadores e controles remotos), garantindo substituição imediata em caso de falha, sem ônus adicional para a Administração;
- realizar a ativação, desativação e remanejamento de pontos mediante solicitação formal, em prazos compatíveis com a natureza continuada do serviço e com a necessidade de resposta ágil das áreas usuárias; e
- assegurar disponibilidade operacional adequada e restabelecimento célere em caso de falhas, observando níveis de serviço que permitam, futuramente, o julgamento objetivo do desempenho. Esses parâmetros seguem as melhores práticas de mercado e os padrões funcionais adotados em contratações similares.

4.3. No tocante à sustentabilidade, a contratada deverá gerenciar e destinar adequadamente os resíduos gerados nas atividades de instalação e manutenção, incluindo cabos, conectores, embalagens e demais materiais correlatos. Será exigida a execução de logística reversa para embalagens e componentes substituídos, priorizando, quando possível, cooperativas ou associações de catadores. Ao término da contratação, todos os equipamentos fornecidos em comodato deverão ser recolhidos para recondicionamento ou descarte ambientalmente adequado, sem ônus para o órgão contratante. Além disso, deverão ser observadas práticas inclusivas e antidiscriminatórias nas rotinas de execução, alinhadas às diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 8ª edição e às boas práticas institucionais.

4.4. Em consulta ao Catálogo Eletrônico de Padronização (CEP), instituído pela Portaria SEGES/ME nº 938/2022, confirma que não há padronização específica para o objeto.

4.5. Por fim, para garantir isonomia e ampla competitividade, os requisitos permanecerão estritamente funcionais e de desempenho, sendo vedada a indicação prévia de marcas ou modelos. O foco será nos resultados esperados e nos parâmetros mínimos de qualidade, ficando os detalhes operacionais a cargo do Termo de Referência.

4.6. Para assegurar a execução contínua e confiável do serviço, é necessária a previsão, no Termo de Referência, de requisitos mínimos de qualificação técnicooperacional. Essas exigências, fundamentadas no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, garantem que o futuro contratado possua experiência comprovada na prestação de serviços similares, envolvendo fornecimento do sinal, instalação de pontos, disponibilização de equipamentos em comodato, manutenção preventiva e corretiva e suporte técnico. A execução inadequada de qualquer desses componentes compromete o funcionamento integral do serviço.

4.7. A natureza continuada e tecnicamente sensível do objeto exige fornecedores com experiência operacional demonstrada, de modo a reduzir riscos de indisponibilidade e assegurar capacidade de resposta adequada a incidentes. A exigência de experiência mínima de um ano e de comprovação de serviços de instalação e manutenção de pontos de TV por assinatura é proporcional e não restringe indevidamente a competitividade, uma vez que admite somatório de atestados, aceita documentos de matriz ou filial, reconhece atestados estrangeiros e permite comprovações decorrentes de contratos concomitantes.

4.8. A adoção dessas exigências permite mitigar riscos técnicos, comprovar a capacidade da empresa em ambiente de operação contínua e garantir estrutura adequada, recursos humanos qualificados e experiência prévia suficiente para execução plena do objeto.

5. Levantamento de Mercado

5.1. O levantamento de mercado consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis para atender à necessidade da Administração, conforme art. 7º da Lei nº 14.133/2021 e Instrução Normativa SEGES nº 58/2022. Essa etapa busca identificar soluções tecnológicas, metodologias e práticas que melhor atendam ao interesse público, além de verificar a competitividade do mercado e a viabilidade da contratação. Foram consideradas contratações similares realizadas por outros órgãos e consultas às bases oficiais, como o PNCP, para garantir transparência e economicidade.

5.2. O levantamento envolveu a análise das alternativas disponíveis, considerando aspectos técnicos, operacionais, custo-benefício e aderência às normas legais. Avaliaram-se as seguintes soluções:

- **Solução 1:** TV por assinatura (SeAC) – Serviço regulamentado pela Lei nº 12.485/2011, amplamente disponível no mercado, com grade única que inclui canais abertos, obrigatórios e de notícias nacionais e internacionais. Apresenta padronização, suporte técnico e histórico de contratações na Administração Pública.
- **Solução 2:** Combinação de serviços de streaming – Oferece flexibilidade, mas não garante canais obrigatórios (TV Câmara, TV Senado, TV Justiça, etc.), dificulta a gestão centralizada e não assegura transmissão linear em tempo real.
- **Solução 3:** TV digital aberta com redistribuição interna – Atende apenas canais abertos, não inclui canais fechados de notícias e exige infraestrutura adicional, aumentando custos e complexidade.
- **Solução 4:** Serviços de clipping/newswire – Úteis como complemento, mas não substituem transmissão televisiva em tempo real em todos os pontos.

5.3. Após análise comparativa, a Solução 1 – TV por assinatura (SeAC) se apresenta como a mais viável e estratégica, considerando:

- Atendimento integral aos requisitos funcionais (canais obrigatórios e de notícias);
- Padronização e especificação clara, permitindo definição objetiva no edital;
- Ampla concorrência no mercado, garantindo economicidade;
- Histórico de contratações similares por órgãos públicos, reforçando a viabilidade técnica e jurídica.

5.4. Quanto às modalidades de contratação previstas na Lei nº 14.133/2021, foram analisadas as seguintes hipóteses:

5.4.1. **Pregão eletrônico:** O pregão eletrônico é previsto na Lei nº 14.133/2021 e regulamentado pelo Decreto nº 10.024/2019 para bens e serviços comuns. O serviço de TV por assinatura enquadra-se nessa categoria, pois seus padrões de qualidade e desempenho podem ser definidos de forma objetiva, permitindo ampla competitividade entre fornecedores.

5.4.2. **Concorrência:** Indicada para bens e serviços especiais ou obras e serviços de engenharia, não trazendo vantagem para este objeto.

5.4.3. **Diálogo competitivo:** Aplicável apenas quando não é possível definir especificações com precisão e há necessidade de desenvolver solução inovadora junto ao mercado, o que não se aplica.

5.4.4. **Concurso e leilão:** Destinados à escolha de trabalhos técnicos/artísticos ou alienação de bens, não sendo aplicáveis.

5.4.5. **Contratação direta (dispensa ou inexigibilidade):**

- A **dispensa por valor não se aplica**, pois o custo estimado da contratação excede os limites previstos no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, atualizados pelos **Decretos nº 12.343/2024 e nº 12.807/2025**.
- A inexigibilidade também não se aplica, pois há ampla concorrência no mercado.
- Portanto, não há hipótese legal que permita contratação direta para este objeto.

5.5. Em razão de a prestação do serviço envolver o fornecimento de decodificadores, controles e demais equipamentos em regime de comodato, foi realizada a avaliação prevista no art. 44 da Lei nº 14.133/2021, comparando-se as alternativas de aquisição, locação e comodato. Verificou-se que a compra direta dos equipamentos acarretaria maior custo inicial, necessidade de estoque, gestão de manutenção e reposição, além de obsolescência tecnológica. A locação, por sua vez, implicaria custos recorrentes superiores à solução ofertada pelo mercado. O comodato apresentou melhor relação custo-benefício, pois transfere à contratada a responsabilidade por manutenção, substituição e atualização dos equipamentos, elimina custos de depreciação e assegura continuidade operacional

sem encargos adicionais para a Administração. Assim, a solução mostra-se mais vantajosa no caso concreto, em conformidade com o art. 44 da Lei nº 14.133/2021.

5.6. Conclusão: O pregão eletrônico é a única modalidade realmente viável e adequada, garantindo competitividade, transparência e economicidade.

5.7. Para comprovar a viabilidade e a competitividade do objeto, foi realizada consulta ao PNCP e análise de contratações similares em órgãos públicos. Foram verificadas oito publicações no PNCP em 15/01/2026, confirmando a existência de processos licitatórios ativos para o mesmo objeto, o que reforça a competitividade do mercado. A pesquisa indica ampla oferta de fornecedores e preços praticados dentro de padrões usuais, conforme tabela abaixo:

Órgão / Entidade	UASG Gerenciadora	Modalidade / Nº Licitação
MINISTERIO DAS COMUNICACOES	410003 - COORDENACAO GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS	Edital nº 90011/2024
COMANDO DO EXERCITO	160090 - SECRETARIA GERAL DO EXERCITO /MEX/DF	Edital nº 90008/2024
SENADO FEDERAL	020001 - SENADO FEDERAL	Edital nº 90068/2024
COMANDO DA MARINHA	781000 - COMANDO DO 1.DISTRITO NAVAL	Edital nº 90008/2024

5.8. A escolha pela TV por assinatura (SeAC) e pela modalidade pregão eletrônico baseia-se nos seguintes fatores:

- Atende integralmente aos requisitos funcionais e legais;
- É uma solução consolidada e padronizada no mercado;
- Permite especificação objetiva, garantindo isonomia entre licitantes;
- Apresenta ampla concorrência, assegurando economicidade;
- Está alinhada às diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 10.024/2019.

5.9. Após análise das alternativas tecnológicas, das modalidades licitatórias e da pesquisa de mercado, a solução escolhida é TV por assinatura (SeAC), contratada por pregão eletrônico, por ser serviço comum, com especificação clara, ampla concorrência e suporte normativo específico.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento do serviço de TV por assinatura (Serviço de Acesso Condicionado – SeAC), com instalação de até 80 pontos de recepção individual, ativados conforme demanda, garantindo acesso contínuo a canais abertos, obrigatórios e de notícias nacionais e internacionais.

6.2. Canais mínimos exigidos

- **Canais abertos:** Globo, SBT, Record, Rede TV, Cultura, Band, Rede Brasil, Record News;
- **Canais obrigatórios:** TV Câmara, TV Brasil, TV Senado, TV Justiça, TV Escola;

- **Canais de notícias nacionais:** Globo News, Band News, CNN Brasil, Jovem Pan News;
- **Canais de notícias internacionais:** CNN International, BBC World News.

6.3. Serviços incluídos na solução

- Assinatura e distribuição do sinal;
- Instalação dos pontos conforme demanda;
- Assistência técnica com atendimento a até 25 ocorrências estimadas;
- Manutenção preventiva e corretiva, incluindo remanejamento de pontos;
- Captação do ponto de sinal;
- Fornecimento, em regime de comodato, de decodificadores, controles remotos e demais equipamentos necessários ao funcionamento.

6.4. Exigências técnicas e operacionais

- Qualidade mínima em alta definição (HD);
- Compatibilidade com televisores existentes;
- Disponibilidade do serviço 24 horas por dia, 7 dias por semana;
- SLA para atendimento de chamados e substituição de equipamentos em caso de falhas;
- Cumprimento das normas da ANATEL e legislação aplicável ao SeAC.

6.5. A escolha pela TV por assinatura encontra sua justificativa técnica na necessidade de garantir acesso imediato e contínuo a informações estratégicas, essenciais para subsidiar decisões administrativas e monitoramento de cenários. Canais legislativos, institucionais e de notícias nacionais e internacionais são indispensáveis para a atuação do órgão, e alternativas como streaming ou TV aberta não atendem plenamente a esses requisitos, seja pela ausência de canais obrigatórios ou pela falta de transmissão linear em tempo real. O modelo SeAC, regulamentado pela ANATEL, é uma tecnologia consolidada e padronizada, permitindo especificações objetivas no edital e assegurando ampla competitividade entre fornecedores, o que reforça sua adequação técnica.

6.6. Sob a ótica da justificativa econômica, a solução apresenta custos previsíveis e praticados no mercado, conforme evidenciado em pesquisas no PNCP e contratações similares por outros órgãos públicos. A adoção do pregão eletrônico como modalidade de disputa amplia a concorrência, garantindo melhor relação custo-benefício e transparência no processo. Além disso, essa escolha reduz riscos operacionais e administrativos, assegura economicidade ao longo da vigência contratual e evita gastos adicionais com infraestrutura, já que o serviço inclui instalação, manutenção preventiva e corretiva, assistência técnica e fornecimento de equipamentos em comodato.

6.7. Considerando que a prestação do serviço envolve o fornecimento de equipamentos em regime de comodato, foi realizada a avaliação determinada pelo art. 44 da Lei nº 14.133/2021, comparando-se as alternativas de aquisição, locação e comodato. A compra direta dos equipamentos implicaria maior custo inicial, necessidade de estoque próprio, gestão de manutenção e risco de obsolescência tecnológica. A locação, por sua vez, apresentaria custos recorrentes superiores e maior complexidade de gestão contratual. O comodato mostrou-se a alternativa mais vantajosa, pois transfere à contratada a responsabilidade pela manutenção, substituição e atualização dos equipamentos, elimina custos de depreciação e assegura continuidade operacional sem encargos adicionais para a Administração. Assim, a adoção do comodato revela-se adequada técnica e economicamente, atendendo ao disposto no art. 44 da Lei nº 14.133/2021.

6.8. Certifica-se que não será exigida garantia contratual prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o objeto trata de serviço comum, sem risco relevante à continuidade administrativa ou à integridade patrimonial da Administração. A contratação não envolve obras, serviços de engenharia ou fornecimento

de bens permanentes que justifiquem a adoção de caução, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização. Assim, em observância ao princípio da proporcionalidade e conforme análise constante deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a exigência de garantia seria imotivada e economicamente desvantajosa no caso concreto.

6.9. Não há necessidade de participação de empresas reunidas em consórcio, pois o objeto apresenta baixa complexidade técnica e operacional, sendo plenamente exequível por empresas individualmente estabelecidas no mercado nacional. Os serviços de fornecimento do sinal, instalação de pontos, disponibilização de equipamentos em comodato, manutenção e suporte técnico são rotineiramente ofertados por diversos fornecedores que possuem, isoladamente, capacidade técnico-operacional e econômico-financeira suficiente para atender integralmente às exigências da contratação.

6.10. A análise de contratações análogas realizadas pela Administração Pública demonstra ampla oferta de empresas aptas a executar o objeto sem necessidade de associação empresarial. Assim, não se verifica justificativa técnica ou econômica para admitir consórcios, nos termos do art. 15, da Lei nº 14.133/2021.

6.11. A vedação ao consórcio não compromete a competitividade, uma vez que sua formação é usualmente admitida apenas quando o objeto apresenta alta complexidade ou vulto significativo, situações em que empresas isoladas não conseguem atender, individualmente, aos requisitos de habilitação. No presente caso, o mercado é suficientemente amplo, consolidado e tecnicamente capacitado para atender ao objeto de forma individual, não havendo risco de restrição concorrencial.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A definição das quantidades foi baseada em consumo histórico, demanda atual e provável utilização futura, conforme previsto no art. 9º, inciso V, da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022, que estabelece a necessidade de apresentar estimativas fundamentadas em dados concretos e alinhadas ao planejamento da Administração. Para chegar à estimativa, foram considerados os pontos já existentes, as necessidades das áreas estratégicas e a ampliação de atividades que exigem monitoramento contínuo de informações. Essa análise utilizou série histórica e solicitações formais das unidades, compondo a memória de cálculo que fundamenta a estimativa, garantindo adequação técnica e econômica.

7.2. A distribuição dos pontos levou em conta critérios como atendimento às áreas administrativas e estratégicas, proporcionalidade por andar e setor conforme o layout físico, inclusão de pontos adicionais para remanejamentos e novas demandas, além da busca por economia de escala, evitando contratações fragmentadas.

7.3. Com base nesses parâmetros, a estimativa total é de 80 pontos de recepção individual de TV por assinatura, ativados conforme demanda. A tabela abaixo apresenta a distribuição definida a partir das necessidades informadas pelas unidades:

Setor	Endereço	Quantidade
SEORI	Bloco Q – 1º andar; Esplanada dos Ministérios – Brasília – DF	5
CHELOG	Bloco Q – 2º andar; Esplanada dos Ministérios – Brasília – DF	5
SG	Bloco Q – 3º andar; Esplanada dos Ministérios – Brasília – DF	4
SEPROD	Bloco Q – 3º andar; Esplanada dos Ministérios – Brasília – DF	4
CHOC	Bloco Q – 4º andar; Esplanada dos Ministérios – Brasília – DF	5

ADL	Bloco Q – 4º andar; Esplanada dos Ministérios – Brasília – DF	1
CHOC	Bloco Q – 5º andar; Esplanada dos Ministérios – Brasília – DF	6
SEPROD/DPROD	Bloco Q – 6º andar; Esplanada dos Ministérios – Brasília – DF	1
DEPFIN	Bloco Q – 6º andar; Esplanada dos Ministérios – Brasília – DF	1
CHEC	Bloco Q – 6º andar; Esplanada dos Ministérios – Brasília – DF	2
GM	Bloco Q – 6º andar; Esplanada dos Ministérios – Brasília – DF	1
EMCFA	Bloco Q – 7º andar; Esplanada dos Ministérios – Brasília – DF	2
CONJUR	Bloco Q – 7º andar; Esplanada dos Ministérios – Brasília – DF	1
ASCOM	Bloco Q – 7º andar; Esplanada dos Ministérios – Brasília – DF	2
CAE	Bloco Q – 8º andar; Esplanada dos Ministérios – Brasília – DF	6
GM	Bloco Q – 9º andar; Esplanada dos Ministérios – Brasília – DF	10
DESEG	Anexo Bloco O – Térreo; Esplanada dos Ministérios – Brasília – DF	6
DPCN	Anexo Bloco O – Térreo; Esplanada dos Ministérios – Brasília – DF	2
DETIC	Anexo Bloco O – Térreo; Esplanada dos Ministérios – Brasília – DF	1
DEADI	Anexo Bloco O – 2º andar; Esplanada dos Ministérios – Brasília – DF	3
EMCFA	Anexo Bloco O – 3º andar; Esplanada dos Ministérios – Brasília – DF	4
DESAS	Anexo Bloco O – 4º andar; Esplanada dos Ministérios – Brasília – DF	1
DEPES	Anexo Bloco O – 4º andar; Esplanada dos Ministérios – Brasília – DF	1
DDM	Anexo Bloco O – 4º andar; Esplanada dos Ministérios – Brasília – DF	2
SEPESD	Anexo Bloco O – 4º andar; Esplanada dos Ministérios – Brasília – DF	2

DPS	Anexo Bloco O – 5º andar; Esplanada dos Ministérios – Brasília – DF	2
Total		80

7.4. Essa quantidade foi definida para atender às necessidades atuais e futuras, considerando possíveis remanejamentos e expansão de atividades. A contratação em lote único garante padronização, redução de custos administrativos e melhor aproveitamento da infraestrutura, evitando fragmentação e assegurando economia de escala.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 114.912,00

8.1. A estimativa do valor da aquisição, quantidades, especificações e valor máximo aceitável desta contratação são as constantes do quadro abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p>SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE ATÉ 80 (oitenta) PONTOS DE RECEPÇÃO INDIVIDUAL DE TV POR ASSINATURA, ATIVADOS CONFORME DEMANDA, QUE CONTEMPLAM NO MÍNIMO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CANAIS ABERTOS: GLOBO, SBT, RECORD, REDE TV, CULTURA, BAND, REDE BRASIL, RECORD NEWS; • CANAIS OBRIGATÓRIOS: TV CÂMARA, TV BRASIL, TV SENADO, TV JUSTIÇA, TV ESCOLA; • CANAIS DE NOTÍCIAS NACIONAIS: GLOBO NEWS, BAND NEWS, CNN BRASIL, JOVEM PAM NEWS; • CANAIS DE NOTÍCIAS INTERNACIONAIS: CNN INTERNATIONAL, BBC WORD NEWS. <p>INCLUÍDOS NO SERVIÇO: ASSINATURA, INSTALAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA - 25 (VINTE E CINCO) OCORRÊNCIAS ESTIMADAS,</p>	16209	Unidade	80	R\$ 9.576,00	R\$ 114.912,00

MANUTENÇÃO PREVENTIVA /CORRETIVA, INCLUSIVE REMANEJAMENTO DE PONTOS, E CAPTAÇÃO DO PONTO DE SINAL, COM FORNECIMENTO EM COMODATO DE DECODIFICADORES, CONTROLES REMOTOS E DEMAIS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS À PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.					
CUSTO TOTAL GERAL ESTIMADO					R\$ 114.912,00

8.2. Quanto ao sigilo do valor da contratação até a conclusão da licitação (inciso VI do art. 9º, IN 58/22), conclui-se que não se faz necessário, uma vez que a divulgação do valor estimado pode auxiliar os licitantes na elaboração de suas propostas de preços.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Em regra, conforme art. 18 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento deve ser avaliado considerando os potenciais de economia de escala, sem prejuízo da funcionalidade e da competitividade.

9.2. Por tratar-se de serviço continuado de TV por assinatura, cuja execução depende da integração entre fornecimento do sinal, instalação dos pontos, manutenção preventiva/corretiva e suporte técnico, não é viável o parcelamento do objeto. A fragmentação comprometeria a padronização, a qualidade do serviço e a gestão contratual.

9.3. Com base no art. 40, §3º, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento não será adotado quando:

- a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;
- o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido; e
- o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

9.4. A contratação deve ocorrer em lote único, pois o serviço é ofertado pelo mercado como solução indivisível, incluindo assinatura, distribuição do sinal, fornecimento de equipamentos em comodato e suporte técnico. A divisão por itens (ex.: canais, pontos ou serviços isolados) seria artificial, geraria perda de competitividade e aumento de custos administrativos, além de inviabilizar a responsabilização integral da contratada.

9.5. As vantagens do não parcelamento:

- **Base legal:** Art. 18, §1º, VIII, e art. 40, §3º, da Lei nº 14.133/2021;
- **Natureza do objeto:** Serviço continuado, com componentes interdependentes (sinal, equipamentos, manutenção);
- **Impossibilidade técnica:** A separação comprometeria a funcionalidade e a disponibilidade do serviço;
- **Garantia e responsabilização:** Contratação única assegura responsabilização integral pela qualidade e continuidade do serviço;
- **Eficiência operacional:** Evita incompatibilidades entre fornecedores, reduz tempo de resposta e facilita gestão;

- **Redução de custos administrativos:** Um único contrato simplifica fiscalização e gestão;
- **Economia de escala:** Contratação unificada permite melhores condições comerciais e maior poder de negociação; e
- **Padronização:** Garante uniformidade na tecnologia, nos procedimentos e na qualidade do serviço.

9.6. O regime de execução a ser adotado é o de fornecimento e prestação de serviços associados, uma vez que o objeto envolve, simultaneamente, a disponibilização contínua do sinal de TV por assinatura (fornecimento) e a execução de atividades técnicas inerentes ao serviço, como instalação dos pontos, manutenção preventiva e corretiva, remanejamento, substituição de equipamentos e suporte técnico, todas realizadas conforme demanda. Tal regime assegura a adequada integração entre os elementos materiais e os serviços essenciais à plena funcionalidade da solução contratada.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Após análise do cenário atual e das demandas previstas, não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes que guardem relação direta com o objeto em questão. O serviço de TV por assinatura é autônomo e não depende de outras contratações para sua execução, tampouco complementa ou é complementado por contratos vigentes. A solução proposta atende a uma necessidade específica e pontual do Ministério da Defesa, não havendo integração técnica, operacional ou funcional com outros objetos contratados ou planejados.

10.2. A ausência de correlação decorre da natureza do serviço, que é ofertado pelo mercado como solução completa e independente, abrangendo assinatura, distribuição do sinal, fornecimento de equipamentos em comodato e suporte técnico. Dessa forma, não há interdependência com outros contratos ou aquisições, nem previsão de contratações futuras que impactem diretamente este objeto. Essa justificativa atende ao disposto no art. 18, §1º, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021, garantindo clareza e transparência no planejamento da contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação está devidamente alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA) do Ministério da Defesa, conforme determina o art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e o Decreto nº 10.947/2022, que regulamenta a obrigatoriedade de compatibilização das contratações com os instrumentos de planejamento e as leis orçamentárias. O objeto em análise foi incluído no PCA por meio de justificativa formal aprovada pela autoridade competente, garantindo aderência aos princípios da legalidade, eficiência e economicidade que regem a Administração Pública.

11.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 03277610000125-0-000002/2025

II) Data de publicação no PNCP: 07/05/2024

III) Id do item no PCA: 844

IV) Classe/Grupo: SERVIÇOS DE AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS

V) Identificador da Futura Contratação: 110404-43/2025

11.3. A inclusão no PCA reforça a racionalidade da presente contratação, pois assegura que os recursos orçamentários foram previamente considerados e que a solução proposta integra a estratégia institucional para garantir acesso contínuo a informações relevantes, essenciais à tomada de decisão e ao cumprimento das atribuições do Ministério da Defesa. Dessa forma, a contratação contribui para a execução eficiente das políticas públicas, evitando improvisações, assegurando previsibilidade e promovendo a governança das aquisições.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação do serviço de TV por assinatura visa garantir acesso contínuo e tempestivo a informações estratégicas, nacionais e internacionais, indispensáveis para subsidiar análises, elaboração de cenários e tomada de decisão no âmbito do Ministério da Defesa. Esse benefício é essencial para assegurar que os gestores disponham de dados atualizados e confiáveis, permitindo respostas rápidas e fundamentadas diante de situações críticas e sensíveis à segurança nacional.

12.2. Além de ampliar a capacidade de monitoramento em tempo real, a solução contratada contribui para a eficiência administrativa, ao integrar canais legislativos, institucionais e de notícias em uma única plataforma, evitando a fragmentação de fontes e reduzindo a dependência de serviços complementares, como clipping ou boletins informativos. Essa integração fortalece a governança da informação, garantindo maior agilidade na comunicação interna e suporte às áreas estratégicas do órgão.

12.3. Outro benefício relevante é a padronização do serviço, que assegura qualidade técnica, estabilidade operacional e uniformidade na distribuição do sinal, independentemente da localização das unidades atendidas. A contratação também promove economia processual, ao consolidar em um único contrato todos os elementos necessários à prestação do serviço, reduzindo custos administrativos e riscos de descontinuidade.

12.4. Por fim, a medida contribui para o cumprimento dos princípios da eficiência e da economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021, ao garantir melhor aproveitamento dos recursos públicos e otimização da infraestrutura existente. A disponibilização do serviço de TV por assinatura reforça a capacidade institucional do Ministério da Defesa de acompanhar fatos relevantes em tempo real, fortalecendo a tomada de decisão estratégica e a execução das políticas públicas sob sua responsabilidade.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não serão necessárias providências adicionais para a realização da contratação, uma vez que todos os requisitos e condições já foram devidamente atendidos e estão em conformidade com o Plano de Contratações Anual (PCA), conforme previsto na legislação vigente.

13.2. Adicionalmente, não serão necessárias providências quanto à capacitação de servidores ou empregados para fiscalização e gestão contratual, nem adequações no ambiente da organização, tendo em vista que se trata de uma contratação de serviço comum, com execução padronizada e amplamente difundida no mercado.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A contratação do serviço de TV por assinatura apresenta impactos ambientais pontuais, relacionados principalmente à geração de resíduos sólidos durante as atividades de instalação, remanejamento e manutenção dos pontos de acesso. Esses resíduos incluem sobras de cabos, conectores, braçadeiras, embalagens plásticas e componentes substituídos, que, se descartados de forma inadequada, podem causar poluição e comprometer a gestão ambiental das dependências do órgão.

14.2. Para mitigar esses impactos, serão adotadas medidas alinhadas às diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 8ª edição, revista, atualizada e ampliada, bem como à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). A contratada deverá gerenciar e destinar adequadamente todos os resíduos gerados, garantindo sua segregação, reaproveitamento ou reciclagem quando aplicável. Também será exigida a execução de logística reversa das embalagens plásticas utilizadas na prestação do serviço, priorizando, sempre que possível, cooperativas ou associações de catadores, conforme boas práticas previstas no Guia Nacional.

14.3. Além disso, a contratada deverá recolher, ao término do contrato, todos os equipamentos fornecidos em regime de comodato, como decodificadores, fontes e controles, assegurando seu acondicionamento ou descarte ambientalmente adequado, sem ônus para a Administração. Essa prática contribui para a economia circular e evita o descarte irregular de componentes eletrônicos.

14.4. No âmbito social, será exigido que a execução do serviço observe práticas inclusivas e antidiscriminatórias, garantindo atendimento respeitoso e capacitação mínima dos colaboradores que atuem nas dependências do órgão. Também será prevista a utilização de equipamentos compatíveis com padrões de eficiência energética, reduzindo o consumo de recursos e os impactos ambientais indiretos.

14.5. Por fim, todas as obrigações ambientais e sociais serão formalmente previstas no Termo de Referência, assegurando mecanismos de fiscalização e conformidade com os princípios do desenvolvimento nacional sustentável previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021 e nas diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

14.6. Em complemento às obrigações ambientais já estabelecidas, a presente contratação encontra-se alinhada às diretrizes do Plano Diretor de Logística Sustentável do Ministério da Defesa (PLS/MD 2025 a 2027), especialmente ao Eixo 3, Identificação dos objetos de menor impacto ambiental, que orienta a Administração a incorporar critérios de sustentabilidade nas contratações e a privilegiar bens e serviços que reduzam impactos ao longo de seu ciclo de vida. As medidas previstas neste ETP, como a destinação ambientalmente adequada de resíduos, a logística reversa das embalagens e a utilização de equipamentos mais eficientes, atendem diretamente às orientações desse eixo e às recomendações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 8ª edição de outubro de 2025.

14.7. Verifica-se, ainda, aderência complementar ao Eixo 1, Promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços, uma vez que o dimensionamento da demanda, a definição de obrigações ambientais e a mitigação de desperdícios foram estruturados para assegurar o uso eficiente de recursos e a execução sustentável do serviço, mantendo coerência com as diretrizes institucionais de sustentabilidade estabelecidas pelo PLS/MD.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Esta Equipe de Planejamento da Contratação declara a viabilidade técnica, econômica e jurídica da contratação do serviço de TV por assinatura, incluindo o fornecimento, em regime de comodato, dos equipamentos necessários à sua operação. A análise foi realizada com base nos elementos expostos neste Estudo Técnico Preliminar, atendendo às diretrizes estabelecidas pelo art. 3º da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022, bem como aos princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

15.2. De acordo com a PORTARIA DEADI-MD Nº 198, de 13 de janeiro de 2026 (8591373), publicada no Boletim de Pessoal e Serviço do MD nº 3, de 16 de janeiro de 2026 (8594140), foi designada a equipe de planejamento da contratação conforme segue:

I - na condição de integrante requisitante:

Cap (EB) Eduardo Silva **Lopes**, CPF: ***.632.566-**, lotado na Coordenação de Serviços Gerais (COSER).

II - na condição de integrante técnico:

S Ten (EB) André Luis **Stahl**, CPF: ***.178.410-** - Integrante, lotado Seção de Áudio e Vídeo - (SAUDV); e

III - na condição de integrante administrativo:

Cb (EB) João Vítor Carvalho **Marechão**, CPF: ***.288.618-**, lotado na Coordenação de Planejamento de Contratações (CPLANC).

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDUARDO SILVA LOPES

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 24/01/2026 às 10:03:12.

ANDRE LUIS STAHL

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 23/01/2026 às 17:23:01.

JOAO VITOR CARVALHO MARECHAO

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 23/01/2026 às 17:14:49.